

A participação da Força Pública Mineira na Revolução de 1932 no Túnel da Mantiqueira, cidade de Passa Quatro-MG

Flávio Antônio Silva Augusto ^a

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo analisar e verificar se a participação da tropa da Força Pública Mineira, atual Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, na Revolução Constitucionalista de 1932, cidade de Passa Quatro/MG, setor do Túnel da Mantiqueira, foi preponderante para a vitória das forças governamentais naquele local. O estado de São Paulo deflagrou uma revolução armada contra o governo provisório, com o objetivo, entre outras motivações, de redemocratizar o Brasil, convocar uma Assembleia Constituinte e derrubar o governo ditatorial de Getúlio Vargas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com fontes primárias, secundárias, documentos e relatórios alusivos ao fato. Sobressai do estudo que as tropas mineiras empregadas no setor do túnel demonstraram muita disciplina, militar e tática, eficiência e eficácia operacional, no cumprimento do dever. Conclui-se que a participação foi fundamental para expulsar os paulistas do território mineiro, ocupar cidades paulistas, como Cruzeiro e Campinas, contribuindo assim para a derrota e rendição dos revoltosos e o fim do conflito de uma maneira geral.

Palavras-Chaves: Força Pública de Minas Gerais; Túnel da Mantiqueira; Getúlio Dorneles Vargas; Assembleia Constituinte; Tropas Legalistas; Tropas Revoltosas.

INTRODUÇÃO

Constitui tema da pesquisa a participação da tropa da Força Pública Mineira, atual Polícia

Militar do Estado de Minas Gerais, na Revolução Constitucionalista de 1932, na cidade de Passa Quatro-MG¹, setor do Túnel da Mantiqueira². Consoante histo-

^a Coronel da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, mestre em Administração. Associado correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



riografia pesquisada, as batalhas ocorridas naquele teatro de operações³ foram as mais fraticidas⁴ do conflito, que envolveu a atenção de todos, haja vista a posição estratégica em que ocorreram, na divisa dos estados de São Paulo e Minas Gerais, e também próximo da divisa do estado do Rio de Janeiro, onde se localiza a cidade com o mesmo nome, na época Capital do Brasil. Apesar de o comandante geral da Força Pública, Dr. Gustavo Capanema, e o coronel José Gabriel, comandante de operações da Força Pública Mineira, terem dividido o estado em três frentes, com contingentes próprios, denominados brigadas, o estudo se limita à Brigada Sul ou Brigada Lery⁵, enviada para o setor do Túnel da Mantiqueira. A pergunta norteadora do estudo foi: a participação da Força Pública de Minas Gerais na Revolução de 1932, no Sul de Minas Gerais, cidade de Passa Quatro, setor do Túnel da Mantiqueira, foi preponderante para que as forças

legalistas (getulistas) vencessem as tropas paulistas (revoltosas)?

O objetivo geral é verificar e analisar se a participação das tropas da Força Pública Mineira na Revolução de 1932, no setor do Túnel, situado no sul de Minas Gerais, na cidade de Passa Quatro, foi relevante para a vitória das tropas legalistas naquele teatro de operações. São objetivos específicos: a) compulsar os motivos que levaram Minas Gerais a apoiar o governo provisório de Getúlio Vargas em 1932 contra o estado de São Paulo; b) constatar a importância estratégica do setor do Túnel para as tropas ditas legalistas; c) elencar de maneira genérica a importância da participação das tropas mineiras no setor do Túnel, na cidade Passa Quatro-MG.

Justifica-se o estudo, tendo em vista a relevância, o valor histórico, os impactos na sociedade brasileira e os efeitos sociais, políticos e econômicos, que impulsionaram os destinos do Brasil a partir do levante armado.



Trata-se de uma pesquisa metodológica, que adotou como técnica a documentação direta e indireta por meio de pesquisa bibliográfica, com transcrição e cópia de documentos originais, sendo também baseada em fontes primárias e secundárias. Foram também ouvidas pessoas que tiveram contato com ex-combatentes presentes no setor do Túnel da Mantiqueira durante o conflito pesquisado.

Para melhor compreensão do tema, este trabalho foi dividido em cinco seções. A seção 1, Introdução, contém os instrumentos indicativos deste estudo; a seção 2 apresenta o embasamento teórico, como os antecedentes após a Guerra do Paraguai, a influência da nova elite cafeeira e da proclamação da República e um panorama do cotidiano brasileiro até assunção do governo provisório de Vargas; a seção 3 contém a caracterização do objeto – preparação bélica da Força Pública de Minas Gerais e o emprego das tropas mineiras no setor do Túnel da Mantiqueira; a

seção 4 trata da análise da participação dos militares mineiros no Sul de Minas Gerais; e por fim, a derradeira seção apresenta as conclusões da pesquisa.

EMBASAMENTO TEÓRICO

Esta seção tem como objetivo apresentar a abordagem teórica do estudo, com definições, conceitos e fatos históricos que embasam o objeto de pesquisa, como o movimento republicano, a elite cafeeira do Vale do Paraíba e Oeste paulista, e o período da República Velha até o seu final, com a Revolução de 1930.

a) Antecedentes do Regime Republicano no Brasil

Após a Guerra do Paraguai⁶, maior conflito armado da América Latina, em 3 de dezembro de 1870 houve a publicação do Manifesto Republicano no jornal *A República*, com grande repercussão. Seus partidários pregavam a substituição da monarquia⁷ brasileira pela república⁸. A princi-



pal motivação para a troca de regime, segundo Ferreira, seria “por um regime de representação popular”⁹.

Entre os motivos elencados pelos opositores do regime monárquico, podem-se destacar os seguintes: “não representar democraticamente¹⁰ o povo; defesa da autonomia provincial¹¹; e federalismo¹²”, eliminados pela centralização dos poderes durante a monarquia. Tinham o objetivo expresso de seguir o exemplo dos americanos, haja vista que o Brasil estava isolado por causa do sistema imperial.

Para alguns historiadores, o primeiro clube republicano do Brasil foi criado em 3 de novembro de 1870, um mês antes da publicação do Manifesto Republicano. O texto tentava provar que “a monarquia já não representava os anseios da nação”, criticava o “poder pessoal do imperador Pedro II” e terminava com uma frase emblemática: “somos da América e queremos ser americanos”¹³.

Esse clube teria sido o marco do início da política que culminou, duas décadas mais tarde, na Proclamação da República e no fim da monarquia no Brasil. No ano de 1873, na cidade de Itu, província¹⁴ de São Paulo, ocorreu a primeira “Convenção Republicana e formação do primeiro Partido Republicano do Brasil”, ação fundamental para a queda da monarquia no Brasil, assim como para a consolidação do novo regime nos anos subsequentes.

No período em que aspirações republicanas afloraram, o café era o principal produto de exportação brasileiro. Cultivado inicialmente no vale do Paraíba, a área de produção estava imigrando com sucesso para Oeste paulista. Formava-se uma nova fronteira agrícola e uma elite cafeeira, cujos fazendeiros eram adeptos à República. A produção era mais rentável, devido ao fato de as terras serem mais férteis, diferentes das do Vale do Paraíba.



O cafeicultor do oeste paulista era empreendedor, inovador nas técnicas de beneficiamento. Com uso de máquinas modernas, que aumentavam a produtividade e a qualidade do café colhido, o custo de produção era menor, proporcionando preços melhores comparados aos dos concorrentes. O plantio acontecia nas curvas de nível, não em linhas paralelas em direção às elevações. O trabalho escravo era substituído pelo assalariado, com mão de obra de imigrantes europeus. Segundo Costa *apud* Gomes, o cafeicultor do Oeste paulista distinguia-se pelo “espírito progressista”¹⁵.

Acerca dos cafeicultores do vale do Paraíba, o trabalho era efetuado pela mão de obra escrava, com técnicas rudimentares e uma produção baixíssima. Além disso, os barões não eram obrigados a investir para melhorar a terra, cada vez mais degradada. O pensamento que tinham era reacionário e apoiado na tradição, diferente do pensamento dos

barões emergentes do Oeste paulista.

Para melhor compreensão da situação dos cafeicultores do Vale do Paraíba, Gomes assim relata:

Em todo o vale do Paraíba, os cafeeiros eram plantados nas encostas, sem nenhum cuidado para deter a erosão do solo. Depois de quinze a dezoito anos, toda a camada fértil tinha sido lavada pelas chuvas e carregada para o fundo dos vales e dos rios. Para trás ficava a terra desmatada e improdutiva, pontilhada de cupinzeiros que se veem hoje na região. Em vez de usar adubo para tentar recuperá-la, os fazendeiros simplesmente derubavam as matas vizinhas e abriam novas lavouras, que, depois de uma ou duas décadas, tinham de ser igualmente abandonadas¹⁶.

Ferreira ensina que a decadência da cafeicultura do vale do Paraíba paulista

[...] ocorreu principalmente devido ao esgotamento rápido das terras, provocado pelas técnicas rudimentares de



cultivo. As enxurradas retiravam a camada fértil da terra, pois os pés de café eram plantados em linhas paralelas em direção às elevações, e não acompanhando as curvas de nível¹⁷.

Quando foi abolida a escravidão, em 13 de maio de 1888, a produção cafeeira no vale do Paraíba entrou em colapso. Muitos fazendeiros tinham capitais vultosos empastados em escravos, além de gastos elevados com manutenção. A produção, agora cultivada pelos imigrantes estrangeiros, expandiu-se para o interior paulista em direção ao Oeste. O resultado foi a consolidação da nova elite cafeeira, com a expansão da nova fronteira agrícola empreendedora, que trouxe novas ideias e reivindicações, influenciando no cenário nacional, assim como em sua governabilidade, a partir de 15 de novembro de 1889.

b. República Velha, ascensão de Vargas e a Revolução de 1932

Em 15 de novembro de 1889, foi instaurado o regime republicano no Brasil, dando início à República Velha (1889 a 1930)¹⁸. A Constituição da República foi promulgada em 24 de fevereiro de 1891. A Carta Magna teve muita influência da Constituição norte-americana e, entre outras inovações, estabelecia a federação dos Estados e autonomia dos municípios. Ou seja, conforme Ferreira “[...] determinava a descentralização do poder, permitindo aos estados, em número de vinte e um, legislar em seus próprios interesses”¹⁹. O café continuou como base política e econômica do período.

A economia brasileira, até a metade do século XX, foi em muito impulsionada pelas atividades agrícolas, em especial o café. A atividade cafeeira patrocinou, através de capitais vultosos, a instalação das primeiras indústrias no Brasil. Nos primeiros anos da República, a aristocracia cafeeira, emergida do Oeste pau-



lista, influenciou a política e, conseqüentemente, os destinos da nação. Os seus interesses eram defendidos na Câmara, Senado e nas esferas governamentais de maneira geral, elegendo inclusive presidentes ligados a eles.

As contradições do novo regime afloraram já no início, pois as forças que tinham se unido pela instalação da República começaram a se desentender. As oligarquias rurais disputavam o poder. Houve vários conflitos, e os militares eram sempre chamados para pacificar. No entendimento de Costa, "depois de um curto domínio da espada, as oligarquias cafeicultoras afirmaram-se no poder garantidas por uma base econômica aparentemente sólida, oferecida pela crescente produção cafeeira"²⁰.

Os momentos conturbados da República, nos primeiros momentos do seu nascedouro, podem ser explicados por Costa da seguinte forma:

As contradições presentes no movimento de 1889 vieram à

tona já nos primeiros meses da República quando se tentava organizar o novo regime. As forças que momentaneamente se tinham unido em torno das ideias republicanas entraram em choque. Os representantes do setor progressista da lavoura, fazendeiros de café das áreas mais dinâmicas e produtivas, elementos ligados à incipiente indústria, representantes das profissões liberais e militares, nem sempre tinham as mesmas aspirações e interesses. As divergências que os dividiam repercutiam em conflitos no Parlamento e eclodiam em movimentos sediciosos que polarizavam momentaneamente todos os descontentamentos, reunindo desde monarquistas até republicanos insatisfeitos. Rompia-se a frente revolucionária. Representantes da oligarquia rural disputavam o poder a elementos do Exército e da burguesia, embora houvesse burgueses e militares dos dois lados, em virtude dos seus interesses e ideias²¹.

À medida que os descontentamentos se multiplicavam, ficava patente a instabilidade provocada pela luta da liderança. Os



militares, não raras vezes, eram intimados a intervir, como na Revolução Federalista e na Revolta da Armada, entre outras. No mandato de Campos Sales, no período de 1898 a 1902, ocorreu uma calmaria política no país. Idealizador da “Política dos Governadores”, em troca de apoio político no âmbito federal permitiu que as oligarquias tivessem autonomia nos assuntos regionais dos seus estados. Constituiu assim a base da “Política do Café com Leite”²², passando a sucessão presidencial a ser alternada entre políticos de São Paulo e Minas Gerais.

Como Minas Gerais e São Paulo eram os dois estados mais importantes economicamente, foram os privilegiados e tinham maior influência no governo central. Por outro lado, conforme Ferreira assinalou, essa política motivou “o aparecimento de forte oposição por parte dos estados menos favorecidos economicamente. Estes não viam com bons olhos a sucessão presidencial alternada [...]”²³. O domínio das

oligarquias e a preponderância paulista passaram rapidamente a ser percebidos por todos. O descontentamento e as queixas eram contra o governo e também contra os verdadeiros donos do poder: as oligarquias paulistas.

Sobressaem nesse período as fraudes eleitorais, perpetradas pelo poder político através dos chefes locais, fenômeno denominado de Coronelismo²⁴. Embora existisse desde o período imperial, no período da República Velha essa prática alcançou prestígio, relevância e influência nas decisões governamentais em nível federal. Os “coronéis” interferiam nas eleições, obrigando seus subordinados a votarem em candidatos que eles determinavam, ou seja, impunham o voto de cabresto²⁵, conforme destaca Ferreira²⁶.

As eleições não eram secretas, o eleitor tinha que declarar seu voto na frente de todos. O poder que fiscalizava era o Legislativo, que confirmava ou não a vitória do candidato eleito, até a posse. A confirmação só ocorria se o candidato representasse os



interesses do chefe político. Costa define sistema eleitoral assim: “a verdade eleitoral consistia, no mais das vezes, na vontade que emanava dos palácios dos governadores. As oligarquias imperavam por toda parte, mas seu domínio não se exercia sem a resistência dos grupos minoritários”²⁷.

O movimento do Tenentismo surgiu na década de 1920, e muitos dos seus integrantes participariam da Revolução de 1930. Depois do movimento, alguns foram nomeados como interventores estaduais, como o tenente João Alberto, em São Paulo, e o capitão Juarez Távora, na direção da região Norte do Brasil. Fausto *apud* Ferreira assim o define Tenentismo:

Um movimento política e ideologicamente difuso, de características predominantemente militares. Os militares de patentes mais baixas da oficialidade tomaram posição contra a corrupção que imperava no governo e que era tida por eles como fonte de todos os males da política. Se

consideravam os responsáveis pela salvação nacional, os tenentes colocaram-se contra o suborno, contra a máquina política e o falseamento da verdade eleitoral²⁸.

Por ocasião das eleições de 1930, Washington Luiz²⁹, então presidente da República, rompe com a Política do Café com Leite. Ao invés de indicar o mineiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrada para ser seu sucessor nas eleições daquele ano, indicou o paulista Júlio Prestes. Minas Gerais e Rio Grande do Sul criaram a Aliança Liberal e lançaram como candidato à presidência da República o gaúcho Getúlio Dornelles Vargas, e à vice-presidência o paraibano João Pessoa³⁰. Realizadas as eleições, o resultado aponta como vencedor Júlio Prestes, o que não é aceito pelos integrantes da Aliança Liberal, que, inconformados, alegam fraude eleitoral.

Diante do inconformismo da Aliança Liberal, somada à comoção popular pelo assassinato de João Pessoa, é deflagrada em 3 de



outubro de 1930 a Revolução de 1930. Uniram-se os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba para derrubar o governo vigente. Termina em 24 de outubro, com a vitória da Aliança Liberal, depondo o Presidente Washington Luiz e colocando no governo, de forma provisória, Getúlio Vargas. Para melhor explicar as causas e as consequências da Revolução de 1930, Junior *apud* Costa leciona que

a Revolução de 1930 marcou o declínio das oligarquias cafeeicultoras, atingidas pela crise do café, e significou, ao mesmo tempo, a ascensão dos setores industriais, a projeção das camadas urbanas, no plano político nacional. Iniciava-se um novo período na história do Brasil e surgia uma nova historiografia³¹.

Ao assumir o governo, com amplos poderes, Vargas governou por decretos e nomeou interventores para os estados, os quais passaram a governá-los. Também suspendeu a Constituição de 1891, até que fosse con-

vocada uma Assembleia Constituinte para elaborar outra. Passou a governar de forma ditatorial, o que causou descontentamentos, principalmente dos paulistas, inconformados com o alijamento do poder, a nomeação de interventores para o governo dos estados, entre outras medidas.

Embora o Partido Democrático paulista tivesse participado ativamente da Revolução de 1930, que conduziu Vargas ao poder, também foi alijado da alta administração. Os paulistas, insatisfeitos com a forma como foram tratados, começaram a reivindicar a convocação imediata de eleições para que fosse elaborada uma nova Constituição, ou mesmo, como diziam, para que fosse possível reconstitucionalizar o Brasil. Como não foram atendidos e houve outros pontos de divergência, essa instabilidade culminou no movimento armado de 1932.

O episódio que se pode considerar como a gota d'água para a decisão dos paulistas de pega-



rem em armas foi a morte a tiros de fuzis e metralhadoras, de cinco jovens que participavam de uma manifestação na cidade São Paulo, na esquina da rua Barão de Itapetininga com Praça da República. Os jovens Mário Martins de Almeida, Antônio Américo de Camargo Andrade, Euclides Miragaia, Dráuzio Marcondes de Souza e Amadeu Martins, cujos nomes compuseram a sigla MMDC, manifestavam-se pró-Constituição quando foram abatidos. Daí surgiram cobranças para se resgatar os brios e o orgulho dos paulistas.

Em 9 de julho de 1932, eclodiu a Revolução Constitucionalista contra Getúlio, embora prevista inicialmente para 14 de julho do mesmo ano. Esperava-se o apoio dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Com a prisão de Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul, os líderes que assumiram o estado ficaram fiéis a Getúlio. Minas Gerais, no início, ficou indecisa sobre que lado apoiaria, até que tropas paulistas bloquea-

ram a entrada do Túnel da Mantiqueira e ocuparam a cidade mineira de Passa Quatro, e outras no Sul do estado.

Segundo Filho³², foram ocupadas também pelos paulistas as cidades de Guaxupé, Ouro Fino e Jacutinga. Araújo menciona que a invasão do território mineiro foi o fiel da balança para o envio de tropas, afirmando que: “essa inesperada invasão do solo mineiro feriu os brios dos nossos conterrâneos, que passaram apoiar Olegário Maciel na sua pretensão de enviar tropas contra os paulistas”³³.

Para Mattos, a decisão paulista de promover uma revolução, explica-se por este motivo:

[...] no dia 9 de julho tomaram a drástica decisão de partirem para a luta armada, como única solução para os insuportáveis problemas políticos que os angustiavam. [...] a gota d'água foram os acontecimentos de 23 de maio, quando tombaram a rajadas de metralhadoras, num tiroteio na esquina da Rua Barão de Itapetininga com Praça da Re-



pública, cinco idealistas e bravos³⁴.

Para Cotta, a “história da Revolução Constitucionalista de 1932 é ampla e multifacetada”³⁵. Já Filho explica que a causa da Revolução de 1932 foi porque “São Paulo procurou, por todos os meios, atingir os seus objetivos, sendo o principal o retorno à velha Política do Café com Leite. Diziam os paulistas que desejavam uma Revolução Constitucionalista”³⁶. Acrescenta ainda que a revolução tinha características tipicamente políticas.

Na próxima Seção se discorrerá sobre a caracterização do objeto da pesquisa.

CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

Esta seção tem como objetivo descrever a preparação da Força Pública Mineira para operações de guerra no início do século XX e seu emprego e atuação no setor do Túnel da Mantiqueira, na cidade de Passa Qua-

tro-MG, durante a Revolução de 1932.

a) Preparação da Força Pública de Minas

Em 12 de dezembro de 1897, inaugurou-se a cidade de Belo Horizonte, que, a partir daí, passou a ser a capital do Estado de Minas Gerais. Com a mudança da capital, foi elaborado um plano para a instrução da tropa, haja vista que em Ouro Preto, antiga capital, isso não era possível. Foram escolhidos como locais para treinamento de infantaria as regiões da fazenda Gameleira, do Prado Mineiro e do Alto Cruzeiro (atual Mangabeiras). Foram adquiridos armamentos de guerra, como os fuzis Mauser M-1908³⁷, com características militares.

Nos primeiros anos do século XX, mais precisamente nas duas décadas de 1900, ocorreram modificações profundas na Força Pública de Minas³⁸, deixando-a em condições de executar com eficiência³⁹ e eficácia⁴⁰ qualquer ação bélica⁴¹. Em 1912, o governo de Minas contratou o



capitão do Exército Suíço Roberto Drexler, comissionando no posto de coronel, para instruir os militares de Minas. Já para a Cavalaria foi contratado um capitão da Força Pública Paulista. Segundo Cotta, a Força Pública Mineira, nessa época, “possuía apenas quatro batalhões”⁴².

Os batalhões de Infantaria (BI), como eram designados na época, eram o 1º BI, em Belo Horizonte (contingente oriundo de Ouro Preto); 2º BI, em Juiz de Fora; 3º BI, em Diamantina; e o 4º BI, em Uberaba. O coronel Drexler instruiu a tropa mineira nos ditames da escola prussiana⁴³; cada batalhão enviava uma companhia para a cidade de Belo Horizonte, onde ficava por um ano sendo instruída. Ao assumir as funções para as quais foi contratado, Drexler editou manuais de instruções, visando ao preparo técnico profissional de todos os integrantes da tropa. A instrução passou a ser dividida em moral, intelectual e técnica, que era ministrada individualmente.

Houve na época muitas mudanças, inclusive no uniforme, que passou a ser conforme o figurino alemão. O “suíço”, como Drexler era chamado, podia intervir nos quartéis em prol da instrução da tropa. Com o decorrer do tempo, as instruções dadas aos oficiais e praças seguiriam o disposto na legislação militar federal. Cotta ensina que instrução dos oficiais teria duas partes, conforme se pode constatar,

[...] uma essencialmente prática, consistindo na aplicação dos regulamentos adotados (do Exército Nacional), e outra teórica, abrangendo tática de armas, especialmente de infantaria e cavalaria, conhecimento sobre organização e administração militar, resolução de temas táticos na carta de jogo de guerra.

As instruções práticas compreenderiam: a instrução individual, a da subdivisão e a da unidade (segundo o paradigma já estabelecido pelo coronel Drexler). A instrução individual consistia em exercícios formais e de flexionamento, tiro individual, conti-



nências militares, serviço de guarnições e de segurança, conhecimento e conservação de armamento e obrigações do soldado no serviço interno dos quartéis. A instrução de subdivisão abrangeria a do grupo e do pelotão em ordem unida, os exercícios de manevabilidade, o serviço de acampamento e acantonamento. Por fim, a instrução da unidade consistiria no exercício em ordem unida e de manevabilidade, no serviço de segurança e no de marcha. Além da instrução de infantaria, o Corpo Escola ministrava a de cavalaria e de metralhadora⁴⁴.

Os treinamentos aplicados pelo “suíço” melhoraram consideravelmente a postura, a compostura, o conhecimento técnico e, principalmente, o espírito de corpo da tropa. Nos anos de 1930, a Força Pública Mineira era comandada por Gustavo Capanema⁴⁵, civil que ocupava o cargo de secretário do Interior. Segundo Filho, “o clima político das décadas de 1920 e 1930 justificava o adestramento das forças estaduais, uma vez que, podemos concluir, sem medo de errar, ter

sido a mais conturbada fase política, depois do período Regencial”⁴⁶.

O Regulamento de Exercícios para Infantaria do ano de 1914, que norteou os treinamentos da Força Pública, asseverava em alguns artigos a importância da instrução, conforme descrito:

Da Instrução (sic)

Art 1º A instrução por objeto preparar a tropa e os seus chefes para a guerra. (sic)

Art. 2º Só inspira confiança para o combate a tropa que é bem disciplinada. A disciplina é a vida do exército: é ella que na guerra faz que todos se movam e luttem de acordo e para o mesmo fim; todos lhes são sujeitos, desde o general até o soldado, e de sua solidez depende a victoria. (sic)

Art. 3º A tropa estará bem instruída quando souber fazer tudo o que a guerra exige e não tiver de esquecer no campo de batalha o que aprendeu no campo do exercício.

Art. 4º Cada chefe deve instruir a tropa colocada imediatamente sob as suas ordens. E’ o seu principal dever tor-



nal-a apta para a guerra (sic).
47

Minas Gerais possuía um grande arsenal de guerra, que ficava estocado no paiol da Mangabeira, hoje bairro de Belo Horizonte. Com a Revolução de 1930 e após ter assumido o governo provisório, Getúlio Vargas mandou que o Presidente do estado⁴⁸ de Minas Gerais entregasse para o Exército todo o armamento e munição da corporação. Diante da recomendação, a resposta do chefe do Executivo, segundo Assis, foi de que “o armamento havia sido comprado com os dinheiros do Tesouro do Estado de Minas Gerais. E que daqui não sairia um só cartucho”⁴⁹.

Coincidência ou não, dois anos mais tarde, com a Revolução de 1932 em andamento, os armamentos não devolvidos possibilitaram à Força Pública Mineira fazer frente às tropas revoltosas paulistas, e, ao mesmo tempo, dar tranquilidade ao presidente do Estado, Olegário Ma-

ciel, de se manter em “favor da ordem constituída pela Revolução de 1930, que galvanizara o Estado”⁵⁰.

b) Emprego da tropa mineira no Setor do Túnel na Revolução de 1932

A Revolução de 1932 foi inicialmente programada para iniciar no dia 14 de julho de 1932, data de comemoração da queda da Bastilha, marco inicial da Revolução Francesa. Contudo, acabou-se iniciando no dia 9 julho, por decisão da direção do movimento, reunida no dia 8 de julho. A manchete do dia 10 de julho anunciou o início do “movimento revolucionário de caráter constitucionalista”. O texto afirmava que todas as guarnições federais de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Santa Catarina haviam aderido ao movimento. Para os paulistas, o movimento era uma forma de lutar contra a ditadura, que ameaçava levar o país à anarquia⁵¹.

Ainda no dia 10 de julho, parte do efetivo do 5º Regimento



de Infantaria da cidade de Lorena, comandado pelo tenente Melchíades de Tavares, ocupou o Túnel da Mantiqueira. Segundo Lima, por essa via férrea “os trens da rede mineira cruzavam a divisa entre São Paulo e Minas Gerais. Situada a 1.800 metros de altitude e com 996 metros de extensão, a passagem era considerada de grande importância para o desenrolar do levante”⁵². Cotta reforça que a “Serra da Mantiqueira constituiu-se um baluarte por sua posição estratégica, principalmente no que diz respeito à malha da Estrada de Ferro Sul de Minas”⁵³. Reforça Filho que ela “se localizava nos maiores entroncamentos ferroviários do País, e nas fronteiras entre o Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo”⁵⁴.

O presidente de Minas Gerais determinou o recolhimento imediato do efetivo dos destacamentos, além de rigorosa prontidão da tropa em todo o estado mineiro. O efetivo foi reorganizado em vários batalhões, mobilizáveis, em um total de 30, cons-

tituído de voluntários patriotas, sendo o alistamento a cargo dos políticos mineiros⁵⁵. Os paulistas, além da cidade de Passa Quatro, já haviam invadido as cidades mineiras de Guaxupé, Ouro Fino e Jacutinga, sendo marcante a “brutalidade para com os soldados de Minas aprisionados, quando dos primeiros contatos”⁵⁶. Almeida, acerca da invasão paulista no sul de Minas, afirma que “[...] fronteiras tinham sido ultrapassadas, de surpresa e ataques fulminantes [...]”⁵⁷.

Foi enviado um rádio, circular, do Secretário do Interior, acerca da situação. Seu teor, conforme consta no relatório de Campanha, dizia que [...] “nossa Força Pública está arregimentada e coesa em torno do presidente Olegário Maciel, que presta seu apoio ao Governo Provisório para preservação da obra revolucionária”⁵⁸. No mesmo relatório, há uma carta do coronel José Marques, chefe do estado-maior da Força Pública Mineira, dirigida ao coronel Lery, então co-



mandante do 7º Batalhão, com os seguintes dizeres:

O Governo do Estado acaba de receber comunicação do Rio de que, em Mato-Grosso, houve um levante militar, chefiado pelo General Bertholdo Klinger, visando a deposição do chefe do Governo Provisório. Esse movimento, segundo a mesma comunicação, está circunscrito apenas ao Estado de Mato-Grosso. A nossa Força vai permanecer na expectativa, estando vigilante e alerta, pronta a cumprir ordens que nos forem dadas pelo nosso Presidente. Para facilitar a correspondência que não deve ser divulgada ou conhecida, junto, a esta, instruções organizadas no E.M., para a cifra dos despachos reservados. As instruções vão acompanhadas de um dicionário, do qual nos utilizaremos para a referida correspondência. Cordiais saudações. a) Coronel G. Marques, Chefe do E.M. – Em tempo: Peço acusar recebimento. a) Coronel Marques. (sic)⁵⁹

Imediatamente, foram adotadas as providências sob total sigilo e prontidão, para propor-

cionar o aparelhamento e a mobilização da tropa por parte do coronel Lery. Já no dia 10 de julho, foi designado o coronel Gabriel, então chefe do estado-maior da Força Pública Mineira, para ser o comandante das operações das tropas de Minas, assim como o tenente-coronel José Vargas da Silva, para ser o subchefe das operações. No mesmo dia, partiu para a cidade de Lavras o primeiro contingente do 7º Batalhão, sendo que o restante seguiu no dia 14 de julho. O estado de Minas Gerais foi dividido em três setores, cada um atuando com uma brigada ou destacamento, sob o comando de um coronel da força mineira.

O coronel Edmundo Lery dos Santos foi designado para comandar o 1º setor do Túnel da Mantiqueira, na cidade de Passa Quatro, Sul do estado de Minas Gerais. A comunicação foi feita pelo serviço de rádio do estado, sendo que, conforme Cotta, “na década de [19]30 estava em funcionamento a malha ferroviária que ligava diversas cidades mi-



neiras”⁶⁰. O boletim nº 1 constante no relatório de campanha noticiou a criação da Brigada Sul, ou Brigada Lery, como ficou conhecida⁶¹. Foi integrada por várias unidades, à medida que iam chegando. Cotta relaciona as unidades que integraram a brigada Sul com os respectivos comandantes:

Estado Maior da Brigada Sul
Cel Edmundo Lery Santos-Bom Despacho; 1º Batalhão de Infantaria Ten Cel Francisco Campos Brandão-Belo Horizonte; 2º Batalhão de Infantaria Major José Pinto de Souza - Juiz de Fora; 3º Batalhão de Infantaria Major Targino Ribeiro de Meirelles-Diamantina; 7º Batalhão de Infantaria Ten Cel Fulgêncio de Souza Santos-Bom Despacho; 8º Batalhão de Infantaria Major José Persilva-Belo Horizonte; 19º Batalhão Infantaria Provisório Major Joaquim Francisco de Paula-Belo Horizonte; Regimento de Cavalaria Ten Cel Anísio Fróes-Belo Horizonte; Serviço Auxiliar de Engenharia Ten Cel Otacílio Negrão de Lima-Belo Horizonte; Serviço de Saúde Major Dr. J. Santa Cecília-Belo

Horizonte e o Trem Hospital
Capitão Dr. Carlos Alberto
Quadros-Belo Horizonte⁶².

Além das unidades mencionadas, duas seções de metralhadora do 5º Batalhão que estavam em Poços de Caldas foram movimentadas para o setor do Túnel. O motivo da remoção foi a necessidade, face à resistência dos revoltosos paulistas. Em 1930, a Força Pública de Minas guerreou contra as forças federais na Revolução de 1930, quando se tomou o então 12º RI (Regimento de Infantaria), hoje 12º BI (Batalhão de Infantaria), na cidade de Belo Horizonte. As feridas ainda estavam abertas, razão pela qual o boletim nº 1 do relatório de campanha exarou recomendações para que o comando das operações da Força Pública Mineira fosse do governo do Estado, na pessoa do coronel Marques, chefe militar das operações de Minas.

Vieram para Minas Gerais oficiais do Exército, como o general Jorge Pinheiro, e outros ofici-



ais, como Juarez Távora e Eduardo Gomes, para auxiliarem na luta contra os revoltosos⁶³. Mesmo assim o boletim nº1 da Brigada Sul, constante no Relatório de Campanha, deixou claro que a Brigada Sul agiria sob ordens e orientações do governo do Estado. O documento noticia que o comando geral das operações das tropas mineiras ficaria a cargo do tenente-coronel José Marques, da Força Pública Mineira, articuladamente com o general Jorge Pinheiro, comandante da 4ª Divisão de Infantaria, além de conter outras recomendações e orientações, como se vê:

[...] A ação da brigada de seu comando se desenvolverá sob ordens e orientação do Governo do Estado, que lhe serão oportunamente transmitidas pelo Comando Geral das Forças em Operações, concretizadas na pessoa do Cel José Gabriel Marques, articuladamente com o General Jorge Pinheiro, comandante das forças federais em Minas Gerais, cujo chefe do Estado-Maior será o Coronel Cristóvão Barcelos. [...] Enquanto

não se define plenamente a situação geral, e por conveniência da defesa do Estado, nenhuma operação deverá ser iniciada sem que proceda ordem bem clara. (sic)⁶⁴

No setor do Túnel, as tropas paulistas, em maior número, estavam bem entrincheiradas nos contrafortes⁶⁵, não no só no lado mineiro, mas também próximo à estação de Manacá, na época um vilarejo, e hoje um bairro de Passa Quatro. Araújo aduz que os paulistas ocupavam “posições privilegiadas em uma região de topografia extremamente irregular e de difícil acesso, a mais de mil metros”⁶⁶. Possuíam também muitas metralhadoras, canhões de médio e longo alcance em pontos estratégicos, sendo perigosa qualquer operação de ataque. Integrando as tropas paulistas, estavam o 2º, 3º e 4º regimentos do Exército, duas seções de Artilharia, três batalhões de Voluntários e uma companhia do Corpo de Bombeiros.

Figueiredo relata em suas memórias: “nenhuma hostilidade



contra as forças de Minas, estaduais e federais seria de nossa iniciativa, atendendo às promessas de neutralidade inicial, e na esperança de possíveis adesões”⁶⁷. Segundo Lima, “logo que ficou clara a impossibilidade de uma aliança com as forças do outro lado, os paulistas decidiram empurrar duas locomotivas para dentro do túnel, tombando-as em seguida e formando sobre elas uma barricada”⁶⁸. O objetivo da ação das tropas revoltosas era dificultar a progressão e mesmo a aproximação das forças legalistas.

Os paulistas, sob o comando do tenente Melchíades, ao ocuparem Passa Quatro, no dia 10 de julho, “dinamitaram várias pontes da via férrea, o que teria causado pânico e alarme a muitas famílias”⁶⁹. Tropas federais sediadas no estado de Minas Gerais foram enviadas para o Setor do Túnel, para conter os paulistas. As unidades federais legalistas, ou getulistas, enviadas foram: o 11º Regimento de Infantaria de São João Del Rey, comandado

pelo major Herculano Assumpção; o 4º Regimento de Cavalaria Divisionária de Três Corações, sob as ordens do coronel Eurico Gaspar Dutra; e o 10º Regimento de Infantaria, comandado pelo capitão Alexandre Zacarias de Assumpção.

No dia 17 de julho, chegaram a Passa Quatro as tropas mineiras dos 1º e 7º Batalhões de Polícia Militar (BPM). O tenente-coronel José Marques foi designado para ser o chefe do estado-maior da Brigada Sul, sendo que toda a tropa de Minas foi colocada à disposição da 4ª Divisão de Exército. O coronel do Exército Brasileiro (EB) Cristóvão Barcellos⁷⁰ foi o comandante supremo das forças legalistas no setor do Túnel. Por volta das 13 horas, chegou à estação de Passa Quatro o 1º Batalhão. No momento em que a tropa se preparava para almoçar, chegou um oficial do EB, major Herculano, comandante do 11º RI, solicitando ajuda, haja vista que a sua unidade estava sendo envolvida por tropas paulistas. Imediatamente foi suspen-



so o almoço e dado o apoio não só para a unidade federal solicitante, mas a todas que estavam no setor do Túnel.

Juscelino Kubitschek, então capitão médico da Força Pública, servindo no hospital militar, na cidade de Belo Horizonte, quando começou a revolução foi integrado ao 1º Batalhão da Força Pública mineira. Quando chegou a Passa Quatro junto com a tropa, no dia 17 de julho, recebeu ordens do seu comandante para preparar um hospital de campanha na Santa Casa de Misericórdia daquela cidade. O nosocômio não tinha nenhuma estrutura para atender as pessoas; com escassas possibilidades técnicas e materiais, sobressaía a improvisação. A única funcionária do hospital era uma irmã de caridade chamada Maria Octávia⁷¹. Mesmo assim, foi ali instalada a unidade para atender aos combatentes, que a batizaram de Hospital de Sangue.

Acerca das condições da Santa Casa, Araújo aduz que

não existiam esterilizadores ou autoclaves e o “instrumento cirúrgico” resumia-se a algumas pinças hemostáticas, um velho bisturi e uma tesoura enferrujada. Os únicos medicamentos existentes eram o iodo e a água oxigenada. Compressas e gazes, em pouquíssima quantidade⁷².

Para ajudar o capitão Kubitschek, um sacerdote austríaco se apresentou como voluntário. Tratava-se do padre Alfredo Christovam Kobal⁷³, vigário de Virgínia-MG, próxima da cidade de Passa Quatro. Além da assistência espiritual aos feridos, também ajudava nos atendimentos de urgência. Ele havia lutado na Primeira Guerra Mundial. Passou a ser conhecido como uma das figuras mais populares junto à tropa.

Padre Kobal acompanhava JK⁷⁴ nas idas e vindas, nos postos da linha de frente, onde distribuíam medicamentos, anti-hemorragícos e aplicavam injeções para as dores. Devido ao frio intenso, gripes e pneumonias em massa eram comuns nas trin-



cheiras úmidas e geladas. O padre arrumava burros e os carregava com barris de cachaça, distribuindo aguardente para os soldados da Força Pública mineira, como fazia nas trincheiras europeias durante a Primeira Guerra.

Para suprir a deficiência na prestação de saúde aos combatentes, foi enviado para Manacá, no dia 27 de julho, um trem hospital. Os seus comboios foram adaptados para atender aos combatentes, suprimindo a falta de recursos. Era composto por um carro de transporte de doentes; instalação radiológica completa; um carro de alta cirurgia e sala de assepsia; um carro dormitório, transformado em enfermaria, com vinte leitos; um carro de pequena cirurgia, com consultório médico, sala de curativos de pequena cirurgia e gabinete dentário; e finalmente, uma prancha para a condução da autoambulância. Podia atender qualquer emergência, pois dispunha de especialistas com profissionais especializados, como cirur-

giões, clínicos, radiologistas, dentistas, farmacêuticos e enfermeiros.

Por volta das 17 horas, também do dia 17 de julho, chegou a Passa Quatro a tropa do 7º Batalhão, oriunda de Soledade, a qual deslocou-se imediatamente para o *front*⁷⁵, a fim de ajudar as tropas ali empenhadas. Por volta das 17 horas, as tropas legalistas já tinham recuperado as posições perdidas momentaneamente devido ao avanço das forças paulistas. Na oportunidade, ficou acertado que, no dia seguinte, 18, as tropas federais iriam ser substituídas pelas mineiras. As unidades federais iriam ser deslocadas para outro setor, na região de Ouro Fino, também na divisa com o estado de São Paulo. Segundo Silveira, o coronel Lery “acordou que o deslocamento seria feito ao anoitecer”⁷⁶. Kubitschek afirma que a “troca foi feita pela manhã, embora o capitão Ernesto Dornelles tenha advertido que “não se deve substituir a tropa durante o dia”⁷⁷.



A preocupação do coronel Lery se fundamentava no perigo de um contra-ataque das tropas paulistas, que ocupavam posições altas, o que facilitava perceber qualquer movimentação. No dia 18 de julho, os 1º e 7º batalhões da Força Pública Mineira estavam nas proximidades do Túnel, esperando o momento de substituírem as tropas federais. Ao serem percebidos pelos revoltosos, começaram a disparar, cada vez mais intensificando a fuzilaria. Segundo Silveira, “sem saber de onde partiu a ordem, as tropas federais começaram a se retirar de maneira desordenada, que se generalizou em debandada, visando alcançar Manacá”⁷⁸.

A intensidade dos ataques paulistas aumentou à medida que se intensificava a retirada desordenada, obrigando o 1º Batalhão a recuar cerca de 800 metros da posição inicial. A unidade transpôs as linhas legalistas, até então conquistadas, obrigando também o 7º Batalhão a recuar. Nesse momento, dois comandantes da Força Pública

mineira, os tenentes-coronéis José Vargas e Fulgêncio, diante do pânico, conseguiram restabelecer a normalidade, iniciando em seguida um contra-ataque e retomando as posições que haviam perdido. Silveira relata que “as metralhadoras paulistas matracavam incessantemente, sem um minuto de trégua”⁷⁹.

A coragem dos tenentes-coronéis José Vargas e Fulgêncio e o que realmente se passou naquele dia não passaram despercebidos. O coronel Lery relatou o episódio no relatório de campanha, assim:

Foi num desses momentos que, sem se saber como e a ordem de quem, começou a retirada dos elementos das aludidas unidades do Exército, retirada essa que se generalizou em verdadeira correia, estrada afora, com direção á Manacá. (sic)

Percebendo o inimigo essa retirada desordenada, aliás, em parte justificada, porque a fuzilaria era intensa e os projectis atingiam a estrada em uma grande extensão, o que não aconteceria se ela se desse á



noite, como é regularmente fazer-se (cabendo somente a responsabilidade á autoridade que ordenou a retirada fora da hora) aconteceu justamente o que eu havia previsto: supondo o inimigo que estávamos abandonando as posições, e antes que o 7º Batalhão reforçasse a linha do 1º Batalhão, intensificou o fogo e fez avançar seus elementos, conseguindo assim fazer recuar o flanco direito do 1º Batalhão, que se encontrava no morro, á frente, e meio á esquerda do Túnel. Com esse recuo e com a continuação da correria das praças do Exército, estabeleceu-se o pânico no rosto da tropa, que chegava, e daí o recuo que tivemos de mais de 800 metros sob fuzilaria intensa do inimigo, cujas patrulhas chegaram a transpor nossas linhas, na ala direita. (sic)

Foi esse um momento de grande agitação, que demandava a presença de elementos valorosos, compenetrados de seus deveres e reponsabilidades.

Lembro-me bem que, ao meu lado, estiveram os comandantes José Vargas e Fulgêncio de Souza Santos, que enfrentavam, como leões, o perigo que corriam, para fazer deter a

onda e soldados nossos, que, sem compreenderem bem a situação, se dispunham a abandonar o posto de honra, para retornarem à Manacá, acompanhando inconscientemente os colegas do Exército. (sic, grifo nosso)⁸⁰

Por volta das 10 horas da manhã, começaram a chegar ao Hospital de Sangue, transportados por um caminhão, militares feridos. O hospital em Passa Quatro ficava cerca de 10 km do setor do Túnel. As notícias dos combates chegavam através dos ecos dos canhões e do matraquear das metralhadoras, que eram ininterruptos, deixando todos apreensivos e nervosos. Segundo Kubitschek, “muitos recrutas sem treinamentos de guerra, foram colhidos pelas rajadas de metralhadoras [...]. Nunca pude me esquecer daquele espetáculo”⁸¹. Manifesta sua impressão quanto à chegada dos feridos ao hospital:

Do caminhão, começaram a descer feridos. Uns tinham a farda ensanguentada, mais



caminhavam. Outros, sustentados pelos padioleiros, gemiam, com a roupa estraçalhada, deixando ver ferimentos de estilhaços de granada, nas partes expostas. Muitos deixavam-se levar, inertes, os braços caídos e a fisionomia contraídas pela dor. Alguns já se encontravam em agonia. A primeira impressão da luta armada, tomada mais ainda pelo cortejo dos sofrimentos que podia minorar. [...]

Ajudado pelo motorista do caminhão e por dois padioleiros, recolhemos os feridos e os colocamos nos leitos enfileirados nas duas pequenas enfermarias. Não tardou que chegassem novos caminhões, repletos de feridos. Enquanto o recolhimento das vítimas se processava, o zunido das balas que vinham dos morros ecoava demoradamente nas grotas e ia se perder ao longe, nas chapadas [...].

Intermitentemente, faziam-se ouvir as peças de grosso calibre-canhões e morteiros. As granadas, explodindo a intervalos, davam-me impressão tão estranha quanto sinistra. Faziam-me pensar, estourando de um extremo a outro, que o anjo da morte distendia um intenso sudário, para amortilhar a Mantiqueira⁸².

Apesar de todo esforço dos comandantes das tropas mineiras, o boletim da Brigada nº 19, do dia 3 de agosto de 1932, em sua 3ª parte⁸³ distorceu os fatos ocorridos no dia 18 de julho. Consta que as tropas mineiras substituíram as forças federais, recuando em seguida das posições, e que foi necessária a intervenção do coronel EB Dutra, juntamente com a sua tropa, para a retomada do Túnel. Foi ressaltada no aludido boletim, a bravura de um soldado, o qual reconquistou as posições perdidas. A publicação dá a entender que o Túnel foi tomado por forças do Exército. O coronel Lery, ao tomar conhecimento da publicação, imediatamente redigiu um documento ao general de divisão do EB Jorge Pinheiro, relatando o ocorrido e desmentindo, segundo ele, uma calúnia e perfídia para com as tropas da Força Pública mineira no setor do Túnel.

No boletim referenciado e no relatório de campanha, os



fatos foram distorcidos, sendo publicado o seguinte:

[...] no dia 18 do corrente o Cel. Eurico Gaspar Dutra, que comandava as tropas do Exército, que haviam tomado o Túnel de Passa-Quatro, foi substituído por um destacamento de 2 batalhões na Força Pública Mineira. E, logo depois de falar do recuo das posições, dando a entender e deixando crêr que o Túnel fora efetivamente tomado por forças do Exército, acrescentar o aludido boletim: “ai o Cel Eurico Gaspar Dutra, á frente do seu destacamento, em um ato de exemplar iniciativa, voltou a intervir na missão, em que fora substituído e com a energia de um chefe, que, que sabe comandar, com bravura de um soldado digno da grande Pátria, que o elevou a um alto posto de Exército, reconquistou as posições, que o elevou a um alto posto de Exército, reconquistou as posições. (sic)⁸⁴

O documento enviado pelo coronel Lery ressaltou que o “Túnel não foi tomado por tropas do Exército, nem o destacamento

do coronel Dutra interveio para retomar as posições, porque elas foram retomadas, mantidas e melhoradas pelo destacamento de dois batalhões da Força Pública Mineira”. O general Jorge Pinheiro nunca respondeu ao ofício do coronel Lery, contudo, no dia 13 de agosto de 1932, o coronel Dutra enviou uma mensagem para o coronel Barcelos, esclarecendo o ocorrido em 18 de julho de 1932, a qual também foi enviada para o General Jorge Pinheiro. No relatório de campanha, o coronel Dutra esclareceu: “peço prevenir Cel Lery acabo enviar ofício Comandante 4º D.I. esclarecendo que a recuperação posições Túnel dia 18 mês findo, reocupação feita exclusivamente Força Mineira. (a) Cel Dutra” (sic)⁸⁵

Quando a Brigada Sul chegou a Passa Quatro, a primeira missão foi socorrer as tropas federais legalistas que estavam sendo envolvidas pelos revoltosos próximo a Manacá. Após conseguir recuperar posições e fazer que os revoltosos recusassem



para as proximidades do Túnel, substituíram as tropas federais que já estavam nas proximidades há quatro dias. O objetivo era para conter qualquer avanço dos paulistas. Logo após, o Cel Lery estruturou administrativa e estrategicamente as ações da sua tropa. Estabeleceu que o seu comando iria se fixar em Manacá, montando ali o comando geral da Brigada Sul.

A estação de Passa Quatro está a 4 Km da estação de Manacá, que está a 6 Km da estação do Túnel. Da estação de Passa Quatro até a estação do túnel, hoje chamada de Cel Fulgêncio, são 10 Km. A Fazenda São Bento, localizada a 10 km de Manacá, dava acesso ao morro do Cristal e, em seguida, à serra do Itaguaré, à direita da boca do túnel, do lado mineiro. Houve a necessidade de ocupar a área, haja vista que poderia a tropa mineira ser atacada pela retaguarda, pelos revoltosos. O terreno é acidentado, com altitude de 1.750 metros. A tropa levou seis dias, através de picadas, partindo da fazenda São

Bento, e conseguiu ocupar o morro da Garupa e outros pontos estratégicos da Serra da Mantiqueira, montando postos avançados.

O quartel general da Brigada Sul, após ser instalado no distrito de Manacá, próximo da estação de mesmo nome, dividiu a brigada em três sub-setores, pegando por base a frente do túnel do lado mineiro, que foram: 1º) Sub-setor da frente: abrangia toda a frente do Túnel para a direita e esquerda, até as elevações das montanhas; 2º) Sub-setor da direita: compreendia: Fazenda de São Bento, Morro do Cristal-Garupa e Serra do Itaguaré; e 3º) Subsetor da esquerda: elevações da Fazenda Gomeira e imediações. A tática utilizada para progredir no terreno era iniciada com a artilharia, depois as tropas de infantaria atiravam em direção às posições dos revoltosos, e os demais progrediam e ocupavam as posições, conquistadas palmo a palmo.

As batalhas empreendidas eram fratricidas e sangrentas. As



tropas mineiras incansavelmente realizavam ataques contra os paulistas, que, bem entrincheirados, com metralhadoras pesadas e canhões de longo alcance, resistiam às investidas. As tropas mineiras eram apoiadas por uma bateria de artilharia do 10º Regimento de Infantaria e duas peças do 8º Regimento de Artilharia de Pouso Alegre. A área onde se localiza o túnel possui picos elevadíssimos, como Gomeira (2.010 m), Gomeirinha (1.500 m), Cristal (1.700 m) e Itaguaré (2.308 m). O terreno possuía grotas perigosas e abismos, além de taquaral, cobertos de matas e subidas íngremes (Cotta, 2002). Sem contar o clima, com temperaturas que chegaram a -3º C na Serra da Mantiqueira, causando doenças como gripes, pneumonias e tuberculose.

A alimentação da tropa, segundo Cotta, era uma “ração que consistia em um pirão com carne cozida”⁸⁶. A condução não só dos alimentos, mas também de munições, era feita no lombo de burro

até onde dava. Aduz Silveira (1955, p.164) que “a condução do alimento e munição é difícilíssima e poderá somente ser feita em cargueiros, até certo ponto [...], cerca de três quilômetros através de taquaral horrível e subidas indescritíveis, e só poderá tocar no alto, agarrando-se em cipós e tocos”. Aduz ainda Silveira que “admitindo-se que um homem poderá conduzir apenas 10 quilos”⁸⁷, abstrai-se que, não só a alimentação, mas também as munições não tinham um fluxo regular de entrega, para os combatentes em pontos avançados do front.

Outras dificuldades encontradas pelos mineiros no Setor do Túnel foram assim relatadas por Cotta:

O soldado sofria com a chuva, com o frio e com o ar rarefeito das altas altitudes. As trincheiras eram construídas nos topos das elevações (cristas militares ou nas cristas topográficas) e não possuíam um bom campo de tiro - reflexo direto do tipo de terreno. O clima da Serra além de casti-



gar os soldados provocando resfriados, gripes e reumatismos, interferia no funcionamento dos armamentos e na qualidade das munições. A falta de manutenção adequada em virtude do excesso de disparos e consequente acúmulo de pólvora nas partes internas dos armamentos, atrelada à aceleração do processo de oxidação, comprometia o bom desempenho das armas. Devido à higroscopicidade da pólvora, isto é, sua capacidade de absorver umidade, e das características dos componentes das espoletas – responsáveis pela produção da fagulha que irá queimar a pólvora confinada no interior do cartucho - as munições falhavam e os projéteis não eram propulsores⁸⁸.

Os combates no setor do Túnel foram equiparados a Verdun⁸⁹, conforme editorial do *Correio de São Paulo* do dia 6 de agosto de 1932, segundo Lima⁹⁰, pois os confrontos se caracterizavam por uma guerra de trincheiras. Foi programada para o dia 27 de julho uma ofensiva contra as tropas rebeldes, mas só foi desencadeada no dia 30 de

julho. Esperava-se surpreender os rebeldes, porém quando as tropas mineiras se preparavam para ofensiva, sofreram uma contraofensiva inesperada dos paulistas. Nesse dia, o tenente-coronel Fulgêncio, comandante do 7º Batalhão de Bom Despacho, que estava próximo ao Túnel junto a sua tropa preparando-se para as operações, foi atingido por uma rajada de metralhadora⁹¹.

Naquele momento, o capitão Juscelino Kubitschek estava próximo, pois iria acompanhar as tropas na ofensiva, e prestou os primeiros socorros. Carregado pelo padre Kobal, o tenente-coronel Fugêncio foi levado para o trem hospital, onde faleceu. Na contraofensiva paulista, morreram também dois tenentes, Freitas e Moura, atingidos por uma granada, além de ter havido diversos feridos. Acerca do ocorrido, o coronel Lery, no relatório de campanha, assim registrou:

Foi o pior dia, que tivemos no setor do túnel, o dia 30 de ju-



lho [...], fazendo com que o inimigo nos causasse grandes baixas na nossa fileira, com a sua fusilaria mortífera e terceiros disparos de artilharia. (sic) [...]

Foi nesse dia fatídico para a Brigada, perdemos o bravo Cel. Fulgencio de Souza Santos, no momento em que esse oficial dava ordens de preparativos para o desencadeamento da ofensiva, no flanco esquerdo, pelo 7º B.I. de seu comando. Além desse desastre, perdemos, quase na mesma hora, os 2os. Tenentes Anastácio Rodrigues de Moura e João Luiz de Freitas, os quais foram vítimas da explosão de uma granada de mão, no ato em que o primeiro fazia menção de arremessar-a contra o inimigo, tendo ambos morrido e ficado feridas diversas praças. (sic)⁹²

A batalha final, protagonizada pelo tenente-coronel José Vargas, começou na segunda quinzena de agosto e terminou com a queda do Túnel na noite de 12 para 13 de setembro. As tropas do 3º Batalhão de Diamantina e do 7º Batalhão de Bom despacho, por ele comandadas,

adentraram pelo lado direito do Túnel, pelas terras da fazenda São Bento, ainda no território mineiro, a 10 km de Manacá. Subiram pelo morro do Cristal para atingir a serra do Itaguapé. O objetivo era entrar no território paulista, através da fazenda cafezal, na cidade de Cruzeiro, para atacar os revoltosos pela retaguarda. Tinham que chegar até a Serra de Itaguapé e surpreender os revoltosos nos seus postos e trincheiras.

Essa batalha foi corpo a corpo; as lutas foram com baionetas, resultando em muitas vítimas. Estrategicamente, cortaram a comunicação com a cidade paulista de Cruzeiro, conforme relatório de campanha⁹³. Isolado, o contingente não teve escolha: lutar até a morte, se render ou fugir. Fustigando os paulistas já no seu território, na madrugada do dia 12 para 13 de setembro os revoltosos abandonaram seus postos no Túnel. Durante as batalhas na serra do Itaguapé, já quase no final do conflito, Silveira, um integrante das tropas paulis-



tas, ao ser capturado ou ter se rendido, disse:

[...] Os prisioneiros, aos quais foram dispensadas todas as garantias e conforto, se mostravam cansados e desanimados e, por isso, declararam que se julgam satisfeitos com a sorte que lhes fora reservada, uma vez que reconheciam ser inglória e injustificável a luta em que se empenharam para satisfação exclusiva de políticos ambiciosos [...] ⁹⁴.

Na retirada, os revoltosos, deixaram para trás veículos, munições, granadas e outros objetos, conforme descrito no relatório de campanha ⁹⁵. As tropas mineiras, diante da retirada das tropas paulistas, ocuparam a cidade de Cruzeiro e Cachoeira, encerrando as atividades naquele setor. A queda do setor do Túnel e ocupação de cidades próximas motivou as forças paulistas que estavam em Cunha a abandonarem a luta.

Na seção a seguir, será discutido o tema da pesquisa.

DISCUSSÃO DO TEMA

O tema em questão, conforme foi demonstrado, é multifacetado. Os motivos que colimaram para a Revolução de 1932 têm suas origens no final do período imperial e se ampliaram no período da República Velha. Nas eleições de 1930, o presidente Washington Luís indicou Júlio Prestes, em vez do mineiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, acabando com a Política do Café com Leite e traindo politicamente Minas Gerais.

Minas se aliou ao Rio Grande do Sul e à Paraíba, apoiando a chapa formada pelo gaúcho Getúlio Vargas e o Paraibano João Pessoa. Derrotados nas urnas, alegaram que houve fraudes e deflagraram a Revolução de 1930. Conquistando o poder central, Vargas assumiu o governo provisoriamente, revogando a Constituição de 1891, prometendo convocar eleições para a Assembleia Constituinte e nomeou



interventores para os estados, exceto para Minas Gerais.

Os paulistas foram alijados do poder central e também do estadual. Sentindo-se humilhados e preteridos pelo governo provisório, passaram a fomentar a reconstitucionalização do Brasil, assim como a derrubada de Vargas. O que se abstrai de toda a celeuma é que eles desejavam retomar o poder que tinham antes da Revolução de 1930, o que resultou na deflagração da Revolução Constitucionalista de 1932.

Acerca do motivo alegado pelos paulistas para deflagrarem a Revolução de 1932 – que o Brasil vivia em uma ditadura e precisava ser reconstitucionalizado – o governo central estava adotando providências. Consta nos registros históricos que em maio de 1932, antes de se deflagrar a Revolução, já havia sido sancionado um Código Eleitoral, por meio do Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, e instituído o Superior Tribunal Eleitoral, em 24 de maio também de 1932. Os membros da corte eleitoral fo-

ram empossados, tendo sido o primeiro presidente o ministro Hermenegildo Rodrigues de Barros, mineiro de Januária.

Getúlio tentou trair Minas Gerais, depondo o presidente Olegário Dias Maciel, único que não havia sido substituído por um interventor. Em 18 de agosto de 1931, foi determinado que o Comandante da guarnição onde se localiza hoje o 12º Batalhão de Infantaria assumisse o governo do Estado. Contudo, ao se dirigir ao Palácio da Liberdade e informar ao presidente de Minas a ordem recebida de Oswaldo Aranha, o comandante foi impedido de assumir. Olegário Maciel telefonou para o Catete e, ao conversar com Getúlio, este desmentiu a recomendação. Mesmo assim, Olegário Maciel apoiou Getúlio Vargas na Revolução Constitucionalista.

Embora o setor do Túnel tenha sido ocupado pelas tropas paulistas em 10 de julho, registram-se os combates entre as forças naquele setor no dia 17 de julho. Quando as tropas da Força



Pública Mineira chegaram, as tropas federais ali já estavam há quatro dias. Mattos⁹⁶ mostra que São Paulo pecou pela falta de ousadia em não seguir com suas tropas para a cidade do Rio de Janeiro. Aduz ainda que perderam o fator surpresa, além de demonstrarem incompetência estratégica e tática.

Já nos primeiros dias após o 9 de julho, segundo Mattos, “São Paulo constatou que estava só”⁹⁷. Somente a região do Sul do Mato Grosso⁹⁸ acompanhou os revolucionários. Em Minas Gerais havia partidários da causa paulista, entre eles o ex-presidente Artur Bernardes e o Comandante da 4ª Região Militar (RM), sediada, na época, na cidade de Juiz de Fora/MG. Segundo Araújo, Arthur Bernardes disse que em São Paulo “estava a alma cívica do Brasil”⁹⁹. Organizou milícias na região da Zona da Mata mineira, nas regiões das cidades de Viçosa e Ponte Nova.

Getúlio Vargas ordenou a prisão dos dois, afastou o Comandante da 4ª região Militar e

depois do conflito exilou Arthur Bernardes na Europa. Na região da Zona da Mata mineira, onde o ex-presidente com seus combatentes lutavam contra as forças legalistas ou getulistas, enviaram o 12º BIP (Batalhão de Infantaria de Patriotas) no dia 9 de agosto de 1932 para a cidade de Ponte Nova-MG. Essa unidade participou da prisão dos partidários dos paulistas, inclusive de Arthur Bernardes. Segundo Alcântara, que integrava o 12 BIP, o “doutor João Guimarães Rosa¹⁰⁰, voluntário com as honras de capitão-médico [...]”¹⁰¹.

Devido aos saques nas propriedades do lado mineiro, foi enviado ao setor do Túnel Benedito Valadares¹⁰², na condição de delegado. Acerca da estada de JK em Passa Quatro, a consequência em sua vida e na política nacional, devido ao prestígio das pessoas que ali serviram, se pode constatar, conforme Oliveira *apud* Silva e Carneiro:

O desvio brusco no rumo do destino teve, como tudo na



vida, uma origem remota, quase sem importância. Minha experiência em Passa Quatro significou como que um marco. Foi, de fato, o segundo passo numa escalada longa, mas na época, absolutamente imprescindível. O primeiro havia sido minha nomeação para médico do Hospital Militar da Força Pública de Minas. A designação para servir no setor do Túnel fora o segundo. Ali ultrapassei, sem querer, as fronteiras do limitado mundo em que vivia, e pude contemplar cenários diferentes, horizontes mais amplos. O que vi em Passa quatro pareceu-me inteiramente novo. Era a primeira vez que exercia minha atividade num verdadeiro teatro de guerra. O setor do túnel – não sei por que estranha fatalidade – acabou sendo a sementeira de uma nova geração de políticos. Naquela área, verifica-se, de fato, intensa fermentação política. O prestígio que algumas pessoas ali adquiriram levou-as mais tarde às mais elevadas posições no País.

Um coronel do Exército – Eurico Gaspar Dutra – seria ministro da Guerra e presidente da república. Três governadores de estado emergiram das

trincheiras da Mantiqueira: O capitão Ernesto Dornelles, do Rio Grande do Sul; o capitão Zacarias Assunção, do Pará; e o chefe de polícia do Setor, Benedito Valadares, de Minas Gerais¹⁰³.

O valor dos soldados da Força Pública Mineira ficou registrado num cintilante discurso do poeta Carlos Drummond de Andrade, quando estive na Serra da Mantiqueira. Inserido no relatório de campanha, de alguns trechos extraídos do discurso referenciado se abstrai a impressão descrita pelo poeta, do soldado do Túnel:

Não tenho o hábito nem o prazer dos discursos, transmitirei apenas, pelo microfone, uma imagem de trincheira, colhida nas linhas do sul. Quero oferecer-lhe a sensibilidade e a meditação de meus patrícios. Eu estive diante do Túnel e vi o soldado lutando. (sic)

E o soldado não me viu, porque estava lutando. Estava integralmente lutando. Com o corpo dentro da terra, tal um bicho inferior, sua cabeça al-



çava-se á superfície e era como um acontecimento humano na paisagem da serra. Corpo e cabeça, e fuzil faziam um só indivíduo e acusavam em uma só direção. (sic)

A princípio meus olhos não distinguiram bem, porque da luminosidade da serra haviam passado para a escura e silenciosa trincheira. Percebia a terra cortada de fresco, os torrões ainda se esboroando, os degraus improvisados, os ramos secos e as vigas suspensas sobre nossas formas tateantes. Caminhávamos. Tropeçávamos. E onde a luz não guiava, porque era ausente, guiou-nos o ruído seco, metálico, pontuado, das armas que detonavam. Foi então que eu vi o soldado – que eu senti o soldado, desenhando-se vagamente na estreita fita de luz coada pela abertura, onde havia paisagem e havia o cano da arma. (sic)

Aproximei-me daquela coisa grave e serena. Ele não percebeu. O olho na alça de mira, o pensamento no alvo, o mundo para ele era o morro fronteiro, mancha verde, onde devia haver uma trincheira espiando; a vida estava inteira naquele instante, e não havia nem marchas passadas nem caminhadas futuras. Ha-

via um fuzil, um alvo, um homem e um morro. Tudo era extremamente simples, nenhuma estilização, nenhuma contingência e nenhum cálculo. O soldado estava lutando, estava sinceramente, profundamente lutando.” (sic)

[...] Mas na serra enorme eu via apenas um homem, feito de pau, de ferro, de substâncias indiferentes, um ser sem necessidades e sem desvios, agindo certo, visando reto, atirando firme. Eu vi o soldado lutando. (sic)

[...] Eu descí o morro, trazendo comigo o recorte daquela figura imensa, destacando-se na como uma árvore ou uma torre. Eu trouxe para o meu trabalho miúdo e medíocre a admiração daquele soldado perfeito, anônimo e formidável, que lá está lutando na serra e são milhares, e cobrem uma linha que vai do sul ao triângulo e é a linha do nosso absoluto dever trouxe-o para que ele enriquecesse o meu espírito e ensinasse o meu caminho. Vendo-o, pensando nele, procurando compreendê-lo, como é fácil viver este caminho que o destino traçou Minas-Gerais. Todos os deveres são claros. As responsabilidades são nítidas. Mineiros estão lutando lá lon-



ge, nas alturas, aonde não chegam os boatos nem se insinuam as vacilações. E como poderíamos deixar que eles lutassem e fossemos ficando aqui, inertes, ridículos, pequeninos, fazendo o comentário malicioso dos telegramas, tecendo hinos desvirilizados á pacificação, dançando cinicamente o nosso tango ou distribuindo perversamente o nosso derrotismo? (sic)¹⁰⁴

Na Revolução de 1932, iniciada 9 de julho e encerrada em 2 de outubro, foram registradas 934 mortes. O armistício foi assinado na Escola Arnolfo Azevedo, cidade de Cruzeiro, no Estado de São Paulo. Diante das dificuldades encontradas pela tropa mineira empenhada no setor do Túnel, é patente que cumpriram ordens, foram para o front e executaram com esmero, disciplina, dedicação, lealdade ao governo mineiro e muito sacrifício o que lhes foi determinado.

Na seção final serão apresentadas as conclusões da pesquisa.

CONCLUSÃO

O presente artigo teve por objeto pesquisar a participação da Força Pública de Minas na Revolução de 1932, na cidade de Passa Quatro, Sul do Estado de Minas Gerais, setor do Túnel. Após ter sido formulada a perguntada norteadora, foram elaborados os objetivos geral e específicos para desenvolvimento da pesquisa bibliográfica. O tema foi limitado às operações e batalhas ocorridas no setor do Túnel da Mantiqueira e adjacências, procurando-se, assim, esmiuçar os fatos ocorridos e relevantes para se responder aos objetivos traçados.

No decorrer da pesquisa, verificou-se que a Revolução de 1932, ou Constitucionalista, conforme afirmam os paulistas, tem antecedentes que remontam ao final da guerra do Paraguai e se estendem até o fim do período conhecido como República Velha. Entre suas causas estão a dominação econômica dos cafeicultores do oeste paulista, o pacto



federalista, o coronelismo e a política dos governadores, também conhecida como Política do Café com Leite, e o seu fim por Washington Luís.

Ressalte-se a insatisfação de outros estados, como Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, que se sentiram traídos por Washington Luís, por este não indicar Antônio Carlos Ribeiro de Andrada para as eleições da Presidência da República em 1930. A consequência foi a eclosão da Revolução de 1930, que levou ao poder Getúlio Dorneles Vargas, o qual, por suas ações no governo provisório, principalmente o alijamento dos paulistas da administração do país e do estado de São Paulo, incitou-os a promoverem a Revolução de 1932.

Os combates ocorridos no setor do Túnel foram violentos e até comparados às batalhas da Primeira Guerra Mundial no noroeste da França, em Verdun. O número de baixas na Revolução de 1932, segundo registros oficiais, foi de 934 (novecentos e trinta). No setor do Túnel, além do

coronel Fulgêncio, mais 92 (noventa e dois) militares da Força Pública Mineira tombaram. Não se computam nesse registro, contudo, os integrantes da tropa mineira que faleceram de enfermidades adquiridas nos combates, como tuberculose, pneumonia, reumatismo e outras, nos anos seguintes ao conflito.

Conclui-se que a pergunta norteadora foi respondida e que os objetivos propostos foram alcançados. Constatou-se que mesmo diante da violência das batalhas, a Força Pública de Minas executou com esmero, determinação, disciplina, coragem, lealdade ao Presidente de Minas Gerais, sacrifício e competência a missão que lhe foi confiada. Suas ações foram preponderantes para a derrota dos revoltosos no setor do Túnel, que era um baluarte estratégico para as pretensões das tropas paulistas, embora a resistência empregada tenha sido feroz. Objetivo dos paulistas era voltar ao poder que detinham antes da Revolução de 1930, além de derrubar Getúlio Vargas.



BIBLIOGRAFIA

ALCÂNTARA, Antônio Fernando de. *Paragens de Rosa: uma trajetória singular*. Belo Horizonte: ed. do Autor, 2020.

ALMEIDA, Klinger Sobreira de. *Polícia de segurança pública/MG: construção no período republicano - 1890/1970*. Belo Horizonte: Edição Independente, 2021.

ARAÚJO, Fernando. *Juscelino Kubitschek: o médico*. Belo Horizonte: RC Editora e Gráfica, 2002.

ASSIS, Anatólio Alves de. *A polícia militar na paz, nas guerras e nas revoluções*. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 1989.

BEZERRA, Juliana; SOUZA, Thiago. *Entenda o que foi a revolução constitucionalista de 1932* (resumo). Disponível em <<https://www.todamateria.com.br/revolucao-de-1932/>>. Acesso em 29 jul.2024.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

COTTA, Francis Albert. As trincheiras da Mantiqueira: os embates da brigada sul na revolução constitucionalista. *Revista Alfe-*

res, v.17, n.54, p. 67-90, 2002. Disponível em: <https://revista.policialmilitar.mg.gov.br/indux.php/alferes/issue/view/26>. Acesso em: 20 mai. 2024.

COTTA, Francis Albert. *Breve história da Polícia Militar de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Crisália, 2006.

COUTO, Ronaldo Costa. *O essencial de JK: visão e grandeza, paixão e tristeza*. Brasil: Planeta, 2013.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

FERREIRA, Olavo Leonel. *História do Brasil*. São Paulo: Ática, 1985.

FIGUEIREDO, Euclides. *Contribuição para história da revolução constitucionalista de 1932*. São Paulo: Martins, 1981.

FILHO, Luiz de Marco. *História da PMMG*. Belo Horizonte: Centro de Pesquisa e Pós-graduação-PMMG, 2005.

GOMES, Laurentino. *1889: como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da monarquia e a proclama-*



ção da República no Brasil. São Paulo: Globo, 2013.

JUNIOR, Caio Prado. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1933.

KUBITSCHEK, Juscelino. *Meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1974.

LIMA, Luiz Octavio de. *1932 São Paulo em chamas*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

MATTOS, Carlos de Meira. As causas e o ideário da Revolução constitucionalista de 1932. *Revista do IGHMB*, Rio de Janeiro, n. 88, p. 119-125, 2002. Disponível em:

<https://www.ighmb.org.br/revistas>. Acesso em: 31 jul.2024.

MINAS GERAIS. Força Pública do Estado de Minas Gerais. *Movimento de 9 de julho de 1932*: relatório dos serviços de guerra das Brigadas Sul e Leste nos setores do Túnel de Mantiqueira e Poços de Caldas, apresentado pelo coronel Edmundo Lery Santos, comandante da Brigada Sul, ao Exmo. Sr. Dr. Gustavo Capanema, dd Secretário do Interior e Comandante Geral da Força Pública. Belo Horizonte:

Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1933.

MINAS GERAIS. Força Pública do Estado de Minas Gerais. *Regulamento de Exercícios para Infantaria*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1914.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *Os presidentes*: Juscelino Kubitschek, 19º Presidente do Brasil. São Paulo: Grupo de Comunicação Três: 1983.

SILVEIRA, Geraldo Tito. *A Polícia Militar de Minas* (fragmentos, historietas e anedotas). Belo Horizonte: [s.e.], 1955.

SILVEIRA, Geraldo Tito. *Crônica da polícia militar*. Belo Horizonte: [s.e.], 1966.

NOTAS

¹ Passa Quatro – Cidade turística do Sul do Estado de Minas Gerais, na divisa do Estado de São Paulo. Localizada nas proximidades da Serra da Mantiqueira, sendo uma estância hidromineral.

² Túnel da Mantiqueira – Túnel ferroviário com 997 metros de extensão,



localizado nos Km 23 e 24 da Estrada de Ferro Minas e Rio, na fronteira dos estados de Minas Gerais e São Paulo, entre os municípios de Passa Quatro-MG e Cruzeiro-SP.

³ Teatro de Operações – Termo utilizado pelos militares, para designar local onde se desenvolvem operações militares, policiais, bélicas, resgate, batalhas e outras.

⁴ Fratricida – Luta e guerra entre irmãos.

⁵ Edmundo Lery dos Santos – Coronel da Força Pública de Minas Gerais. Comandante da Brigada Sul da Força Pública Mineira no setor do Túnel da Mantiqueira, na revolução de 1932. Os integrantes da tropa da Brigada Sul a chamavam de Brigada Lery, em homenagem ao seu Comandante.

⁶ Guerra do Paraguai – Maior conflito armado ocorrido na América do Sul. De um lado os Paraguaiois e do outro a Tríplice Aliança formada pelo Brasil, Argentina e Uruguai. Iniciou-se em 12 de novembro de 1864 e terminou em 1º de março de 1870.

⁷ Monarquia - Governo em que o chefe supremo pode ser o rei ou a rainha. Tipo de governo em que o poder supremo é exercido pelo rei até que ele morra ou renuncie, nesse caso, os seus descendentes diretos assumem o poder.

⁸ República - Governo em que o Estado prioriza o interesse do povo; o país que possui esse tipo de governo: República Federativa do Brasil. Maneira de governar caracterizada pela supremacia do povo cujos representantes constituem o Estado.

⁹ FERREIRA, Olavo Leonel. *História do Brasil*. São Paulo: Ática, 1985, p. 240.

¹⁰ Democraticamente - De uma maneira conciliável aos gostos populares

¹¹ Provincial - Refere-se à província, ao território afastado do governo central ou da capital.

¹² Federalismo - Sistema político ou de governo em que a nação é composta por vários estados que, embora possuam relativa autonomia, compõem a federação.

¹³ GOMES, Laurentino. *1889: como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da monarquia e a proclamação da República no Brasil*. São Paulo: Globo, 2013, p. 153.

¹⁴ Província – Denominação dos Estados durante o império brasileiro. Após a Proclamação da República passaram a ser denominados estados.

¹⁵ GOMES, op.cit., p. 156.

¹⁶ Ibid., p. 156-157.

¹⁷ FERREIRA, op.cit., p. 206.

¹⁸ República Velha – Período da história do Brasil, no período de 1889 a



1930. Terminou com a revolução de 1930, que levou ao poder o gaúcho Getúlio Dorneles Vargas.

¹⁹ FERREIRA, op.cit., p. 251.

²⁰ COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 399.

²¹ Ibid., p. 398.

²² Política do Café com Leite – Minas Gerais maior produtora de leite e São Paulo maior produtor de café. Os representantes dos dois estados passaram com a política dos governadores a se alternarem na sucessão do cargo de Presidente da República. Prevaleceu até o fim do período da República Velha em 1930, só sendo interrompida durante o governo e Hermes da Fonseca (1902 a 1906).

²³ FERREIRA, op.cit., p. 289.

²⁴ Coronelismo – Tinham o título de Coronéis, uma reminiscência dos tempos da Guarda Nacional. Chefes políticos locais, proprietários de extensões de terras, fortunas, casamentos com filhas de pessoas poderosas. Interferiam nas eleições obrigando as pessoas a votarem no candidato que determinavam, apelando inclusive para a violência. Sua importância era proporcional ao número de eleitores que se podiam contar.

²⁵ Cabresto - Designação de cabeçada de corda, linhagem ou couro, usada para enlear e direcionar pela cabeça

cavalos e outros animais que se montam (sem utilizar freio).

²⁶ FERREIRA, op.cit., p. 290.

²⁷ COSTA, op.cit., p. 399.

²⁸ FERREIRA, op.cit., p. 291.

²⁹ Washington Luís Pereira de Souza – Advogado, historiador e político. presidente da República do Brasil e o último do período da República Velha. Deposto pelo general Tasso Fragoso, na Revolução de 1930, criou o primeiro serviço de inteligência no Brasil.

³⁰ João Pessoa - Político paraibano que foi candidato a vice-presidente da República na chapa de Getúlio Vargas em 1930, pela aliança Liberal. Governou o Estado da Paraíba e foi assassinado na cidade de Recife-PE.

³¹ COSTA, op.cit., p. 477.

³² FILHO, Luiz de Marco. *História da PMMG*. Belo Horizonte: Centro de Pesquisa e Pós-graduação-PMMG, 2005, p. 116.

³³ ARAÚJO, Fernando. *Juscelino Kubitschek: o médico*. Belo Horizonte: RC Editora e Gráfica, 2002, p. 87.

³⁴ MATTOS, Carlos de Meira. As causas e o ideário da Revolução constitucionalista de 1932. *Revista do IGHMB*, Rio de Janeiro, n. 88, p. 119-125, 2002. Disponível em: <https://www.ighmb.org.br/revistas>.

Acesso em: 31 jul.2024, p. 119.



³⁵ COTTA, Francis Albert. *Breve história da Polícia Militar de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Crisália, 2006, p. 110.

³⁶ FILHO, op.cit., p.116.

³⁷ Fuzil Mauser - Arma portátil de ação de ferrolho de uso individual.

³⁸ Força Pública de Minas – Nome que designou Polícia Militar de Minas Gerais, no período 24/10/1891 a 22/07/1893 e depois de 30/08/1914 a 10/12/1940.

³⁹ Eficiência - Capacidade ou competência para fazer ou concretizar alguma coisa de modo adequado ou conveniente, usando o mínimo possível de empenho, tempo e outros meios ou recursos.

⁴⁰ Eficácia - Qualidade do que surte os efeitos desejados.

⁴¹ Bélica – Participação em guerras. Relativo a guerra.

⁴² COTTA, 2006, op.cit., p. 92.

⁴³ Escola Prussiana - Tinha por objetivo formar oficiais para o Estado-Maior e proporcionava aos seus alunos um estudo intensivo da ciência militar por um período de três anos. Fundada em 1810 na cidade de Berlim, por ordem do Gabinete de Reorganização Militar. Os alunos deveriam assistir a todas as aulas e dentre os temas obrigatórios incluíam-se táticas, história militar moderna e antiga, geografia militar, antiga e geral, higiene militar, direito militar, internacional, armamentos e

fortificações, funções de estado-maior, administração e comunicação.

⁴⁴ COTTA, 2006, op.cit., p. 97.

⁴⁵ Gustavo Capanema – Mineiro de Pitangui, político. No governo do presidente de Minas Gerais foi o secretário de Interior que também, acumulava o cargo de comandante da Força Pública de Minas. Exerceu a função de secretário do Interior de 26 de novembro de 1930 a 5 de setembro de 1933.

⁴⁶ FILHO, op.cit., p. 20.

⁴⁷ MINAS GERAIS. Força Pública do Estado de Minas Gerais. *Regulamento de Exercícios para Infantaria*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1914.

⁴⁸ Presidente do Estado – Era como se designava, na República Velha (1889 a 1930), os governadores dos estados da Brasil.

⁴⁹ ASSIS, Anatólio Alves de. *A polícia militar na paz, nas guerras e nas revoluções*. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 1989, p. 152.

⁵⁰ ALMEIDA, Klinger Sobreira de. *Polícia de segurança pública/MG: construção no período republicano - 1890/1970*. Belo Horizonte: Edição Independente, 2021, p. 225.

⁵¹ COTTA, 2006, op.cit., p. 110.

⁵² LIMA, Luiz Octavio de. *1932 São Paulo em chamas*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018, p. 98.



- ⁵³ COTTA, 2006, op.cit., p. 110.
- ⁵⁴ FILHO, op.cit., p. 117.
- ⁵⁵ Ibid.
- ⁵⁶ Ibid., p. 116.
- ⁵⁷ ALMEIDA, op.cit., p. 225.
- ⁵⁸ MINAS GERAIS. Força Pública do Estado de Minas Gerais. *Movimento de 9 de julho de 1932*: relatório dos serviços de guerra das Brigadas Sul e Leste nos setores do Túnel de Mantiqueira e Poços de Caldas, apresentado pelo Coronel Edmundo Lery Santos, comandante da Brigada Sul, ao Exmo. Sr. Dr. Gustavo Capanema, dd Secretário do Interior e Comandante Geral da Força Pública. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1933, p. 13.
- ⁵⁹ Ibid., p. 11.
- ⁶⁰ COTTA, 2006, op.cit., p. 112.
- ⁶¹ MINAS GERAIS, 1933, op.cit., p. 14.
- ⁶² COTTA, Francis Albert. As trincheiras da Mantiqueira: os embates da brigada sul na revolução constitucionalista. *Revista Alferes*, v.17, n.54, p. 67-90, 2002. Disponível em: <https://revista.policialmilitar.mg.gov.br/indux.php/alferes/issue/view/26>. Acesso em: 20 mai. 2024, p. 73.
- ⁶³ FILHO, op.cit.
- ⁶⁴ MINAS GERAIS, 1933, op.cit., p. 15.
- ⁶⁵ Contrafortes - Do latim contrafortes. É um reforço de um muro ou muralha, geralmente constituído por

um pilar de alvenaria na superfície externa ou interna de uma parede. Pilares, suporte, anteparos, apoios, defesas, proteções.

⁶⁶ ARAÚJO, op.cit., p. 90.

⁶⁷ FIGUEIREDO, Euclides. *Contribuição para história da revolução constitucionalista de 1932*. São Paulo: Martins, 1981, p. 145.

⁶⁸ LIMA, op.cit., p. 98.

⁶⁹ COTTA, 2006, op.cit., p. 111.

⁷⁰ Cel EB Cristovão Barcelos - Comandantes das tropas no setor sul, região do túnel, Passa Quatro, sul do Estado de Minas Gerais, na divisa com o Estado de São Paulo, durante a Revolução Constitucionalista de 1932. Depois de conflito foi promovido ao posto de general. De sólida cultura, excepcionais qualidades de caráter, comunicativo, justo, prudente, exercia suas funções com zelo.

⁷¹ Maria Octávia – Irmã de caridade de nacionalidade francesa. Mesmo já idosa, dirigia a Santa Casa de Passa Quatro. Portadora de grandes virtudes humanas. Enfermeira idosa de nacionalidade francesa. Serviu ao Exército Frances durante a 1ª guerra mundial. Culta, modesta, mansa e bondosa, transbordava ternura crista e inesgotável carinho para com os feridos.

⁷² ARAÚJO, op.cit., p. 90.

⁷³ Padre Alfredo Christovam Kobal – De nacionalidade Austríaca tinha sido



capitão do Exército Austro-Húngaro, serviu na guarda do Imperador Francisco José, durante a 1ª Guerra Mundial. Ferido em combate no braço direito, foi acometido de uma gangrena. Razão pela qual prometeu que se fosse curado, se dedicaria ao sacerdócio. No final da guerra fugiu para Itália e depois para o Brasil se fixando na cidade de Virgínia, exercendo o celibato. Figura humana extraordinária, alto, rosto vermelho, fisionomia atlética, pronunciava o português com acento germânico.

⁷⁴ JK – Abreviatura do nome de Juscelino Kubitschek. Foi oficial médico da Força Pública Mineira e também político. Prefeito de Belo Horizonte, Governador do Estado de Minas Gerais e Presidente da República. Mudou a capital do Brasil da cidade do Rio e Janeiro para Brasília. Deputado Constituinte de 1946 e senador pelo estado de Goiás em 1961.

⁷⁵ *Front* – Palavra inglesa. Conjunto de unidades mais avançadas num confronto militar; na linha de frente.

⁷⁶ SILVEIRA, Geraldo Tito. *A Polícia Militar de Minas* (fragmentos, histórias e anedotas). Belo Horizonte: [s.e.], 1955, p. 157.

⁷⁷ KUBITSCHKEK, Juscelino. *Meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1974, p.168.

⁷⁸ Ibid.

⁷⁹ Ibid., p. 158.

⁸⁰ MINAS GERAIS, 1933, op.cit., p. 31.

⁸¹ KUBITSCHKEK, op.cit., p.168.

⁸² Ibid.

⁸³ MINAS GERAIS, 1933, op.cit., p. 56.

⁸⁴ Ibid.

⁸⁵ Ibid., p. 58.

⁸⁶ COTTA, 2002, op.cit., p. 74.

⁸⁷ SILVEIRA, 1955, op.cit., p. 164.

⁸⁸ COTTA, 2002, op.cit., p. 78.

⁸⁹ Verdun – Região do nordeste da França, na primeira Guerra Mundial deixou mais de 700 mil mortos nas batalhas entre Franceses e alemães.

⁹⁰ LIMA, op.cit., p. 235.

⁹¹ KUBITSCHKEK, op.cit., p. 176.

⁹² MINAS GERAIS, 1933, op.cit., p. 49.

⁹³ Ibid., p. 112.

⁹⁴ SILVEIRA, 1955, op.cit., p. 167.

⁹⁵ MINAS GERAIS, 1933, op.cit., p. 116.

⁹⁶ MATTOS, op.cit.

⁹⁷ Ibid., p. 123.

⁹⁸ Mato Grosso – Em 1932 o estado do Mato Grosso não estava dividido em dois. A partir de 1977, o Mato Grosso foi dividido em estado do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

⁹⁹ ARAÚJO, op.cit., p. 87.

¹⁰⁰ João Guimarães Rosa – Mineiro de Cordisburgo, escritor, diplomata e médico. Na revolução de 1932, serviu como voluntário na Força Pública de Minas Gerais. Após o movimento



armado passou no concurso público para oficial médico, servindo no 9º BPM, na cidade de Barbacena no posto de capitão médico.

¹⁰¹ ALCÂNTARA, Antônio Fernando de. *Paragens de Rosa: uma trajetória singular*. Belo Horizonte: ed. do Autor, 2020, p. 104.

¹⁰² Benedito Valadares – Delegado Especial de Polícia designado para o *front* em Passa Quatro, para a manutenção da ordem pública, objetivando coibir saques e outras violações. Conchunhado do capitão Ernesto Dornelles Vargas do Estado-Maior do coronel Cristóvão Barcelos. Advogado, vereador e prefeito da sua terra natal Pará de Minas, e depois sucessor de Olegário Dias Maciel no governo de Minas Gerais, como interventor, de 1933 a 1945. Foi também deputado federal e senador da República.

¹⁰³ SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *Os presidentes: Juscelino Kubitschek, 19º Presidente do Brasil*. São Paulo: Grupo de Comunicação Três: 1983, p. 25.

¹⁰⁴ MINAS GERAIS, 1933, op.cit., p. 167-168.